

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

OS DIAMANTES DE NOVA LORENA DIAMANTINA: As grandes pedras em disputa no Brasil Colônia

Fabricio Rodrigues dos Santos, Pedro Henrique de Andrade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11628>

Submetido em: 2025-03-31

Postado em: 2025-04-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

OS DIAMANTES DE NOVA LORENA DIAMANTINA:

as grandes pedras em disputa no Brasil Colônia

Diamonds of Nova Lorena Diamantina: the large stones in dispute in Colonial Brazil

Pedro Henrique de Andrade

Médico graduado pela UFMG, <https://orcid.org/0000-0001-9442-352X>, Email

phaa80@gmail.com

Fabrcio Rodrigues dos Santos

Professor titular, Departamento de Genética, Ecologia e Evolução, ICB, UFMG,

<https://orcid.org/0000-0001-9088-1750>, Email fabrcio-santos@ufmg.br

Resumo: O Brasil se tornou o maior produtor mundial de diamantes no século XVIII com a descoberta de aluviões diamantíferos em Minas Gerais, em pleno Ciclo do Ouro durante o período colonial. Os diamantes brasileiros inundaram o mercado mundial com inúmeras pedras de poucos quilates do vale do rio Jequitinhonha, mas grandes diamantes também foram negociados de forma legal e ilegal a partir de meados do século XVIII, principalmente com as novas descobertas diamantíferas no oeste de Minas Gerais (Sertão do Abaeté), na segunda demarcação extrativista chamada Nova Lorena Diamantina. A Coroa portuguesa assumiu o protagonismo mundial da comercialização de diamantes produzidos na sua principal colônia, onde controlavam a exploração com a política da Real Extração de Diamantes e a Intendência Diamantina estabelecida no arraial do Tijuco (Diamantina). No entanto, grande parte da produção era contrabandeada, principalmente pedras maiores que 20 quilates que pertenciam por lei à Coroa portuguesa. Esta é a história de dois grandes diamantes que foram encontrados no final do século XVIII, incluindo uma pedra de 138,5 quilates que foi a gema brasileira mais famosa deste período e outra de 35 quilates, ambos pertencentes ao Tesouro Real português. O primeiro trata-se do Diamante do Abaeté, encontrado por sertanistas em um afluente desse rio em 1792, enquanto o segundo, cuja origem era até então desconhecida, é demonstrado neste estudo se tratar de um diamante encontrado em 1799 no Rio Indaiá pelo famoso garimpeiro Isidoro, ambos provenientes de rios do Sertão do Abaeté.

Abstract: Brazil became the world's largest producer of diamonds in the 18th century with the discovery of alluvial diamonds in Minas Gerais, at the height of the Gold Cycle in the colonial period. Brazilian diamonds flooded the world market with countless stones of a few carats from the Jequitinhonha River valley, but large diamonds were also traded legally and illegally from the mid-18th century onwards, mainly with new discoveries in western Minas Gerais (Sertão do Abaeté), in the second extractive demarcation called Nova Lorena Diamantina. The Portuguese Crown assumed global leadership in the commercialization of diamonds produced in its main colony, where they controlled exploration with the Royal Diamond Extraction policy and the Diamantina Intendency established in the Tijuco village (Diamantina). However, much of the production was smuggled, especially stones larger than 20 carats that belonged by law to the Portuguese Crown. This is the story of two large diamonds from the Sertão do Abaeté that were found at the end of the 18th century, including a 138.5 carats stone that was the most famous Brazilian gem of this period and another of 35 carats, both belonging to the Portuguese Royal Treasury. The former is the Abaeté Diamond, discovered in 1792 by “sertanistas” in a tributary of that river, while the latter, whose origin was

unknown, is shown by the present study to be a diamond found in 1799 in the Indaiá River by the famous prospector Isidoro, both coming from rivers of the Sertão do Abaeté.

Palavras-chave: Brasil colônia; Real Extração Diamantina, Nova Lorena Diamantina

Keywords: Colonial Brazil; Diamond Royal Extraction, Nova Lorena Diamantina

Introdução

As navegações transcontinentais permitiram o início do grande fenômeno social e econômico que conhecemos atualmente como globalização. A motivação inicial para tais empreendimentos arrojados era principalmente econômica, quando monarcas europeus se interessaram por bens ultramarinos que poderiam ser comercializados em transações muito lucrativas. As riquezas do Novo Mundo despertaram um enorme interesse desde o primeiro anúncio de riquezas em ouro feito por Cristóvão Colombo em 1492 (MANZO et al. 2021). A corrida colonial europeia tomou um novo rumo no século XVI com as inúmeras riquezas em ouro, prata e pedras preciosas que eram inicialmente saqueadas dos indígenas americanos pelos invasores espanhóis, principalmente no México e Peru. A Coroa portuguesa não teve a mesma “sorte”, pois o ouro e a prata não eram extraídos ou fundidos por nenhuma das mais de mil etnias (e línguas) indígenas existentes no território brasileiro (RODRIGUES, 1993).

Após dois séculos de colonização portuguesa na América do Sul, alguns bandeirantes paulistas movidos por lendas como a do Eldorado (a cidade de ouro) e do Sabarabuçu (uma serra cheia de prata e pedras preciosas), se aventuraram pelo Sertão dos Cataguases (atual Minas Gerais) e encontraram ricas jazidas de ouro de aluvião (SOUZA, 2004). Logo no início do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, depósitos aluviais de diamantes também foram descobertos na região de Serro do Frio (entre Serro e Diamantina), achados que foram confirmados oficialmente pela Coroa portuguesa em 1729 (BARBOSA, 1991). Além do ouro produzido em larga escala, os diamantes da província de Minas Gerais começaram a ser comercializados na Europa, concorrendo com aqueles raros e exóticos de origem asiática (TEIXEIRA, 2023). Para assegurar o monopólio real sobre os diamantes brasileiros, a Coroa portuguesa criou a Intendência Diamantina em 1734 para demarcar, fiscalizar e taxar a extração nas terras diamantíferas, além de estabelecer como propriedade exclusiva da fazenda real aqueles diamantes “de especial grandeza”, isto é, acima de 20 quilates (SANTOS, 1868, TEIXEIRA, 2023).

Na Europa, o excesso de oferta (legal e ilegal) de diamantes brasileiros diminuiu o preço das pedras brutas, forçando a Coroa portuguesa a tomar medidas drásticas, tal como a proibição da

exploração de diamantes entre 1735 e 1740 (SANTOS, 1868; MARTINS, 2018). Isso permitiu a estabilização do valor de mercado dos diamantes e possibilitou à Coroa portuguesa elaborar um plano de longo prazo para garantir o seu monopólio das pedras na Europa e combater a exploração não regulada na colônia. A estratégia reguladora de maior sucesso foi o estabelecimento em 1760 da “Reserva em Segredo” ou Fundo Capital (nome oficial), ou seja, o controle do fornecimento de diamantes na Europa através da retirada de milhares de quilates (ct) do comércio, equivalentes a cinco anos de exploração no Brasil (TEIXEIRA, 2023). Essa reserva estratégica de diamantes tinha o valor aproximado de cinco toneladas de ouro e foi vinculada ao estabelecimento de contratos exclusivos com compradores e lapidários, garantindo o domínio português no comércio europeu de diamantes até o final do século XVIII (TEIXEIRA, 2023).

A exploração de diamantes no Brasil colônia

Os diamantes foram descobertos em Minas Gerais no início do século XVIII, nos mesmos aluviões onde também exploravam ouro na bacia do rio Jequitinhonha na região de Serro do Frio. Embora a Coroa portuguesa tenha reconhecido oficialmente a existência dos diamantes apenas em 1729, as gemas brasileiras já eram comercializadas na Europa muitos anos antes deste anúncio (TEIXEIRA, 2023). Com a criação da Intendência Diamantina em 1734 e subsequente proibição da exploração de diamantes que durou até 1740 (SANTOS, 1868), Portugal tentava ao mesmo tempo equilibrar o comércio devido à grande oferta de pedras brasileiras na Europa e regulamentar a mineração em sua colônia com a instalação de uma infraestrutura administrativa e fiscal em áreas diferentes das que produziam a maior parte do ouro, que também já era taxado e fiscalizado.

A demarcação do Distrito Diamantino de Serro do Frio foi promulgada em 1734, junto à criação da “Intendência dos diamantes” no arraial do Tijuco (atual Diamantina). Até 1740 foram definidas várias regras e estabelecidos inúmeros postos de fiscalização nesta região, bem como a assinatura do primeiro contrato particular de exploração outorgado pela Intendência, inicialmente a apenas um contratador (SANTOS, 1868). Em 1745 foram também criados os Registros, que eram pontos de controle dos residentes do Distrito Diamantino que estavam sujeitos à autorização da Intendência. O sistema de contratos particulares foi extinto em 1771 com a criação da “Real Extração dos Diamantes” em um novo regime administrativo que garantia à Coroa portuguesa a exclusividade de exploração e comercialização dos diamantes. A Real Extração criou a Junta Diamantina no arraial do Tijuco que era diretamente subordinada à Administração Diamantina na

cidade de Lisboa, que foi transferida em 1808 para o Rio de Janeiro, com a vinda da Corte real portuguesa (SANTOS, 1868). Este regimento de controle monárquico sobre os diamantes foi mantido com algumas modificações após a independência do Brasil em 1822, que em 1832 levou à revogação da Intendência e em 1838 foi abolido o sistema de controle imperial (BOXER, 1969).

Obviamente, as leis e a fiscalização nunca impediram que parte significativa da produção de diamantes no Distrito Diamantino continuasse sendo contrabandeada e comercializada na Europa no século XVIII. No entanto, as penas para os infratores eram severas, envolvendo prisão e o confisco de todos os bens familiares, sendo que alguns eram condenados ao degredo na África (ESCHWEGE, 2011). O controle da exploração diamantífera se tornou mais complexa com as descobertas de novas jazidas no interior do Brasil, particularmente nos estados de Goiás, Mato Grosso e no oeste de Minas Gerais.

Os diamantes do oeste da capitania de Minas Gerais

No extremo oeste da capitania de Minas Gerais, os rios Abaeté e Indaiá, ambos afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco, eram conhecidos por serem diamantinos desde meados do século XVIII, descobertos eventualmente por aventureiros que buscavam faisqueiras de ouro (SOUZA, 2004). Vários sertanistas eram atraídos aos terrenos inóspitos do oeste mineiro por um antigo roteiro chamado de “Gameleira e Três Irmãos” que povoava o imaginário de muitos aventureiros na comarca de Sabará, pois tratar-se-ia de um grande tesouro em ouro supostamente deixado por um garimpeiro no Sertão do Abaeté, cuja única pista do paradeiro era o dito roteiro (RIHGB, 1844¹). Por exemplo, esse itinerário foi aparentemente seguido por Manoel Pinto da Fonseca, morador em uma fazenda do distrito de Papagaio (próximo à vila de Pitangui), que escreveu ao governador Conde de Valadares em 1768 dizendo ter encontrado um provável descoberto de ouro no “Abayté e Gameleira”. (APM, 1764-1769²) O governador enviou forças policiais para checar a informação sobre o descoberto de ouro que não se efetivou, mas constatou-se que esta região era frequentada por garimpeiros há mais de uma década. (APM, 1768-1769³).

¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Resumo da memória do segundo vereador da Câmara de Pitangui, oferecida na vereação de 30 de dezembro de 1819, Rio de Janeiro, t. VI, 1844, p. 284

² Arquivo Público Mineiro SC SG 143 – Registro de cartas do governador ao vice-rei, outros governadores e diversas autoridades da capitania; circulares, ordens, representações e respostas, instruções e cartas de autoridades ao governador, 1764-1769, fl. 121-121v.

³ Arquivo Público Mineiro SC SG 159 – Registro de cartas do vice-rei e autoridades da capitania ao governador, 1768-1769, fl. 54.

Entretanto, as informações sobre os diamantes do Sertão do Abaeté eram sempre incertas e contraditórias até que em 1786, a Junta Administrativa do Tijuco enviou uma campanha exploratória para a região distante a mais de 60 léguas. Era formada pelo administrador geral dos serviços Miguel Ribeiro de Araújo junto a feitores e escravizados para determinar com exatidão se convinha tentar-se um serviço de maior importância no Sertão do Abaeté. Essa exploração inicial resultou em três oitavas e doze vinténs em diamantes, além do mapeamento de outros lugares com “formações de esperança” para futura exploração, que a Junta do Tijuco concluiu que seria de utilidade um serviço estabelecido ali regularmente. (SANTOS, 1868).

A notícia correu a capitania e a região começou a receber um grande influxo de garimpeiros, fato que pode ser demonstrado pelo depoimento de José Basílio de Souza, preso pela última vez em 1789, quando relatou que mil pessoas garimpavam diamantes nos rios Abaeté, Indaiá (afluentes do Rio São Francisco), Santo Antônio (afluente do Rio Paranaíba) e Sono (afluente do Rio Paracatu, bacia do Rio São Francisco) (SANTOS, 1868). O garimpo clandestino de diamantes escalou de tal forma que o Visconde de Barbacena ordenou a instalação de um destacamento da Cavalaria Regular na margem direita do Rio de Santo Antônio que ficou conhecido como Quartel Geral de Santo Antônio do Abaeté. No ofício de 11/07/1789 para a Corte portuguesa, o Visconde de Barbacena informava que foram abortados os planos de Tiradentes e seus sócios, mas também denunciava:

“pela pouca tropa que restava dos destacamentos, aumentados presentemente com um de maior força, que guarda os sertões dos rios Abaeté, Santo Antônio e do Sono, cujos diamantes começavam a ser roubados por grande número de garimpeiros, e com algumas outras guardas mais pequenas, em caminhos e picadas por onde se encaminham os extravios, julguei conveniente pedir ao vice-rei do estado duas companhias de infantaria”. (RIHGB, 1877, p.170⁴)

Em 1791 foi iniciada a primeira exploração oficial dos diamantes aluviais do Sertão do Abaeté por uma tropa enviada pela Junta Diamantina com duzentos trabalhadores comandados pelo administrador Antônio José Alves Pereira. No ano seguinte, foi criado um destacamento de cavalaria chamado Quartel Geral do Indaiá com a finalidade de fiscalizar esse empreendimento que durou quatro anos e resultou em “grandes despesas”, até que foi ordenada sua interrupção em 1795 (SANTOS, 1868). No entanto, a exploração privada estava proibida nesta região diamantífera que

⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cópia do ofício do Visconde de Barbacena, dando conta para a corte de haverem abortado os planos do Tiradentes e seus sócios, In, tomo XL, 1877

foi oficialmente demarcada pelo naturalista tijucano José Vieira Couto durante uma expedição de mapeamento e exploração do potencial mineral no ano de 1800 (VIEIRA-COUTO, 1842).

A descoberta do Diamante do Abaeté

No oeste de Minas Gerais foram registrados vários dos maiores diamantes brutos brasileiros, encontrados nos rios do Alto São Francisco (Abaeté, Indaiá e Borrachudo) e do Alto Paranaíba (SVISERO et al. 2017). O primeiro destes grandes diamantes brasileiros foi encontrado no final do século XVIII e reconhecido mundialmente como o Diamante do Abaeté (MAWE, 1812, BALFOUR, 2008) ou Regente de Portugal (PINTO-CASQUILHO, 2023), cujas referências históricas são repletas de lendas (CORREA, 1948; FIÚZA, 1988) e confusões com outros diamantes e pedras semipreciosas (SVISERO et al. 2017; PINTO-CASQUILHO 2020, 2023), entre estas o famoso “Diamante de Bragança” que se trata provavelmente de uma água-marinha de ~1700 ct atualmente em exibição no Museu Tesouro Real de Lisboa (CARVALHO, 2006; SANTOS et al. 2023)

O Diamante do Abaeté foi encontrado em 1792 por um grupo de aventureiros atraídos pelo roteiro da “Gameleira e Três Irmãos”, quando exploravam um dos afluentes do Rio Abaeté. Esta campanha era liderada por Manuel de Assunção Ferraz Sarmiento e composta pelo alferes Manuel Gomes Baptista e seu filho Antônio Gomes Baptista, além de outros aventureiros que incluíam 14 escravizados, totalizando 46 pessoas. Um relato feito em 1819 na câmara de vereadores de Pitangui (RIHGB, 1844³) menciona que Manuel Gomes Baptista e o padre Anastácio Gonçalves Pimentel tiveram acesso ao roteiro “Três Irmãos” em Pitangui e planejaram a exploração do Sertão do Abaeté, contando com a coordenação logística e guia local de Manuel Sarmiento, que era um explorador conhecido da região e residia próximo ao Rio Abaeté (AHU, s.d⁵).

Um dos integrantes (provavelmente Manuel ou Antônio Gomes Baptista) encontrou um diamante com um peso descomunal (Figura 1). Após algumas desavenças sobre o destino da pedra, os garimpeiros acordaram em entregá-la às autoridades (ESCHWEGE, 2011). Surpreendidos por uma tropa de cavalaria no caminho, foram escoltados até Vila Rica (atual Ouro Preto) onde foram recebidos em 06 de dezembro de 1792 pelo tesoureiro da Junta da Real Fazenda, o coronel Afonso Dias Pereira Manoel, para quem entregaram duas pedras que foram analisadas pelo Visconde de Barbacena e alguns deputados da Junta (AHU, 1799⁶). As pedras foram confirmadas como

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino AHU_ACL_CU_011, Cx. 126, D. 23 – Requerimento de Manuel de Assunção Sarmiento “Serta Nota” arrematante do contrato dos dízimos das Minas Gerais, solicitando a licença de quatro meses para acabar a rematar os contratos. S.d.

⁶ AHU_ACL_CU_011, Cx. 155, D. 12 – certidão com a cópia do livro primeiro da receita de diamantes nele a folhas vinte se acha o termo de entrega do diamante do Abaeté de 6 de dezembro de 1792, passado em 8 de maio de 1793, fl. 23.

diamantes e pesadas; a primeira com 7 oitavas e 51 grãos (27,5 g) e a menor com 4 grãos (0,26 g). A pedra maior, o Diamante do Abaeté (Figura 1) de 138,5 quilates, foi enviada a Portugal no ano seguinte de acordo com as recomendações do Visconde de Barbacena ao Conde de Rezende (Vice-Rei do Brasil), que autorizavam o chefe da campanha, Manuel de Assumpção Ferraz Sarmento, acompanhar a pedra durante a viagem (ADF, 1894⁷). Após cinco anos, uma ordem real estipulou as recompensas aos membros da campanha que encontrou o Diamante do Abaeté (APM, 1797⁸).

Figura 1. O Diamante do Abaeté de 138,5 ct (PNA inv.4876) que foi roubado durante uma exposição no museu de ciências de Haia na Holanda em 2002.



Fonte: foto de Manuel Silveira Ramos (1991) do acervo do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

A premiação de 1797 foi a resposta final a diversos requerimentos que se arrastaram por cinco anos desde o descobrimento do Diamante do Abaeté em 1792. Os integrantes da campanha buscavam reconhecimento pelo achado e pela oferta à Coroa portuguesa, visto que o garimpo de

⁷ Archivo do Districto Federal: Revista de documentos para a historia da Cidade do Rio de Janeiro. 1894. Vol. 1. P.578

⁸ Arquivo Público Mineiro SC SG, Cx. 32, D. 42 – Aviso do marquês de Ponte de Lima à Junta da Administração da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais sobre a gratificação que a Rainha mandou dar aos garimpeiros que acharam um diamante grande nas cabeceiras do rio Abaeté e a liberdade aos presos que trabalhavam na partida. 6 de julho de 1797

diamantes por particulares não era permitido e a Coroa havia ordenado uma exploração oficial de diamantes organizada pela Junta Diamantina entre 1791 e 1795 no Sertão do Abaeté. Durante o Brasil colônia, o termo garimpeiro se aplicava aos catadores furtivos de diamantes, uma atividade que deveria ser reprimida (MARTINS, 2018). Cabia então aos integrantes da campanha que encontrou o Diamante do Abaeté convencerem as autoridades através dos instrumentos legais de que não eram garimpeiros ou contrabandistas, mas sim cidadãos de boa índole que, em uma campanha para pesquisar a ocorrência de ouro nos sertões, encontraram, ocasionalmente, o grande diamante e, por isso, eram dignos de receber uma recompensa pelo achado.

Nas diversas petições concluiu-se que alguns membros da partida não eram mineradores profissionais (faiscadores), mas sim garimpeiros furtivos que em determinadas épocas do ano abandonavam suas atividades nas fazendas e vilas para se arriscarem na descoberta de minerais (AHU, 1799⁸). É o caso, por exemplo, de Antônio Pereira de Castro, que morava desde 1777 na Fazenda Japão (atual município de Quartel Geral-MG) onde vivia da agricultura com sua família (APM, 1807⁹), uma localidade a poucos quilômetros do Quartel Geral do Indaiá que foi fundado em 1792. Outro garimpeiro da partida, Manuel Rodrigues Lima, era nascido e residente na vila de Sabará com o título de Comandante de Ordenanças. O provável achador do grande diamante, o alferes Manuel Gomes Baptista que estava acompanhado de seu filho mais velho, Antônio Gomes Baptista (também apontado como provável achador), eram oriundos de Lavras do Funil na freguesia de Carrancas. A família Gomes Baptista aparentemente já tinha propriedades ou residia na região além do Rio São Francisco em 1792, sendo que Manuel registrou em 1799 uma sesmaria nas Gerais próxima ao ribeirão dos Veados, atual município de Dolores do Indaiá-MG (APM, 1798-1799¹⁰). Após o recebimento do prêmio pela oferta do Diamante do Abaeté à Coroa portuguesa, que coube ao alferes Manuel a segunda maior recompensa, nota-se que os Gomes Baptista se tornaram grandes proprietários de terras na região. (IHP, 1823¹¹)

O chefe da expedição, Manuel de Assunção Ferraz Sarmento, era capitão e sertanista experimentado, bem como um profundo conhecedor do Sertão do Abaeté desde a década de 1780. Em um requerimento de 1793 escrito para a rainha Maria I quando ele estava em Portugal, diz que

⁹ Arquivo Público Mineiro SC SG, Cx. 72, D. 30 – Bilhete de licença para residir no Quartel Geral do Indaiá, enquanto convier aos reais interesses, passado a Antônio Pereira de Castro, morador na sua fazenda do Japão, onde vive de roça, casado, com 4 filhos, e 2 escravos, visto que se matriculou nos livros da extração. 24 de dezembro de 1807

¹⁰ Arquivo Público Mineiro SC SG 285 – Registro de Sesmarias, 1798-1799, fl. 183v.

¹¹ Instituto Histórico de Pitangui. Inventário de Manoel Gomes Baptista, 1823 CX 076, D.018.

“desprezando a vida e sujeitando-se a incríveis trabalhos penetrou o inculto sertão e fechada Mata da Corda” onde fez primeiro a descoberta da mina de Chumbo (minério galena) em 1790 em um afluente do braço norte do Rio Abaeté e, posteriormente, o “descoberto do sítio da Gameleira e Três Irmãos e Chapada Alta” onde encontrou o grande diamante que levou a Lisboa. (AHU, s.d⁷)

O padre secular Anastácio Gonçalves Pimentel era oriundo de Sabará e recebeu a terceira maior recompensa em dinheiro e um emprego (cargo de coadjutor e futuro pároco na Vila de Pitangui) pela oferta do Diamante do Abaeté à Coroa portuguesa. No entanto, não foi encontrada qualquer fonte primária que comprove a sua presença na expedição de 1792, mas talvez tenha atuado no planejamento da expedição como relatado na câmara de vereadores de Pitangui (RIHGB, 1844³), ou tenha aconselhado os membros da campanha a entregarem o diamante à Coroa e acompanhado o envio da pedra a Lisboa como relata um mineralogista britânico (MAWE, 1812), ou até mesmo atuado como um intermediário na negociação para reconhecimento dos membros da partida como dignos de recompensa pela oferta do diamante ao Real Erário.

No ofício de 1797 da rainha Maria I de Portugal, 43 membros da partida foram recompensados com pagamentos que totalizavam 10.400 contos de réis para toda a comitiva, além de decretar a alforria de 14 escravos e nomear 15 membros brancos a cargos públicos. Por exemplo, o comandante Manuel Sarmiento foi nomeado “Capitão-mor do novo descoberto da Gameleira e Três Irmãos”, o alferes Manoel Gomes Baptista foi nomeado “Tesoureiro de uma das fundições da Capitania” onde também seu filho Antônio recebeu outro cargo (APM, 1797¹⁰).

Isidoro de Amorim e seu diamante

Na comarca de Serro do Frio havia um insigne garimpeiro chamado Isidoro de Amorim Pereira, que juntamente com alguns de seus filhos formou uma numerosa comitiva de agregados com quem andava a garimpar pelos seus rios e córregos diamantinos. Vendo-se perseguido e acochado pelos ministros e tropas da guarda, fugiu para as comarcas de Sabará e Rio das Mortes onde se estabeleceu com sua comitiva nos sertões do Campo Grande e cabeceiras dos rios Indaiá e Abaeté até o limite com Goiás. (AHU, 1801¹²)

¹² AHU_ACL_CU_011, Cx. 158, D. 22 – carta de Francisco de Paula Beltrão, Intendente do ouro da Comarca do Sabará, para João Filipe da Fonseca (Oficial maior da Secretaria de Estado da Marinha de Ultramar de Portugal) sobre a diligência a que fora mandado pelo governador das minas, na exploração de locais ricos em diamantes, ouro e prata no rio Abaeté, indicados por denunciante. 28 de julho de 1801

O bando de Isidoro tinha grande mobilidade e estreitas relações políticas e econômicas desde a capitania de Goiás, nos rios Grande, Quebra Anzol, Paranaíba, Abaeté, Indaiá, passando por Pitangui, Bambuí, Formiga, arraial das Candeias, Santo Antônio do Amparo, Santa Rita, São João Del Rey, até o norte do estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, onde esteve pelo menos uma vez entre 1794 e 1797 para vender seus diamantes ou cobrar uma dívida. (APM, 1798¹³). Em 1797, o grupo garimpava no Rio Elvas (próximo a São João Del Rey) onde alguns integrantes foram presos em uma emboscada policial. Com a abertura de uma devassa, alguns companheiros delataram que Isidoro valia-se da proteção de autoridades em muitas vilas onde vendia o produto de suas explorações e para evitar ser reconhecido, usava um nome falso (APM, 1798¹⁵). Alguns meses depois, Isidoro protagonizou uma grande confusão na vila de Pitangui com um comerciante local durante um ajuste de contas, fato que veio ao conhecimento do governador que enviou o Sargento Mor Antônio José Dias Coelho com uma escolta de soldados para prendê-lo. A prisão de Isidoro mais uma vez não se concretizou, não obstante os soldados o terem cercado e seus animais de carga e bagagem tenham sido capturados. (AHU, 1801¹⁴)

Em 1798, o garimpeiro Isidoro já empobrecido e vendo-se na impossibilidade de continuar suas explorações “ilegais”, arquitetou uma rendição que sustentasse o perdão dos crimes de que era acusado. Para isso, é plausível que Isidoro tenha tomado como referência a premiação conseguida em 1797 pelos descobridores do Diamante do Abaeté. Chegando em Vila Rica, Isidoro compareceu à Mesa da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda no dia 21/06/1799 que era presidida pelo governador Bernardo José de Lorena. Isidoro ofereceu ao governador e outros ministros a denúncia de um lugar na capitania que “só ele e um filho sabiam”, “abundantíssimo” e muito rico em diamantes, ouro e prata. Para confirmar o que dizia, Isidoro entregou uma grande pedra dizendo que “animado na diligência de descobrir ouro no Rio Indaiá da Comarca do Sabará, Termo da Vila de Pitangui, no sítio vizinho à Guarda da Marmelada, sucedeu achar no dito rio uma pedra qual a que apresentava por julgar ser Diamante.” (AHU, 1799¹⁴)

¹³ Arquivo Público Mineiro CC, Cx. 89, D. 20287 – Auto de perguntas feitas a Domingos Jaime Gonçalves Viana referente às informações sobre o garimpeiro Isidoro, 29 de dezembro de 1798

¹⁴ AHU_ACL_CU, Cx. 149, D. 5 – Termo de entrega do diamante oferecido por Isidoro Amorim à Junta da administração e arrecadação da Real Fazenda, na diligência de descobrir ouro no rio Indaiá da comarca do Sabará, termo da Vila de Pitangui, no sítio vizinho à Guarda da Marmelada, sucedeu achar no dito rio uma pedra qual a que apresentava por julgar ser diamante. 21 de junho de 1799

A pedra oferecida à Real Fazenda foi avaliada pelo Sargento Mor Roberto de Mascarenhas Vasconcelos Lobo e o alferes Manuel Alves Ramos, ambos experimentados na Extração Diamantina do Serro do Frio. Foram unânimes em afirmar que se tratava de um valioso diamante de duas oitavas de peso (7,2 g) que foi recolhido pelo Tesoureiro Geral para ser enviado ao Real Erário. O diamante de mais de 20 quilates foi pesado pelo ensaiador da Real Casa de Fundação de Vila Rica e descrito da seguinte maneira “com a figura irregular, [...] de um lado se observa uma crosta e do lado oposto uma excrescência na ponta do dito lado”. (AHU, 1799¹⁶) A confirmação da autenticidade do diamante de 7,2 g (35,8 quilates) foi suficiente para que dessem um crédito imediato a Isidoro, embora o governador tenha afirmado que a prata que ele prometera pegar em bateias no rio pudesse vir das conhecidas minas de galena do Rio Abaeté. O governador Bernardo de Lorena nomeou Isidoro como “capitão do regimento dos homens pardos de Vila Rica” e deu ordens para iniciar a organização de uma grande expedição com a finalidade de confirmar a denúncia de riquezas no Sertão do Abaeté. A partir deste momento, o capitão Isidoro havia sido perdoado em nome de Sua Alteza Real pelos crimes de contrabando e pela denúncia de participação no assassinato de um cadete de cavalaria em 1791. (AHU, 1801¹⁴)

A expedição ao “novo descoberto do capitão Isidoro”

Em 1800 foi organizada a expedição para o Sertão do Abaeté que deveria averiguar a denúncia do novo descoberto de diamantes, ouro e prata feita pelo capitão Isidoro. A expedição oficial foi liderada por Francisco de Paula Beltrão, o Intendente do Ouro de Sabará, e era composta por militares, faiscadores (mineradores legais de diamantes), escravos e pelo naturalista tijucano José Vieira Couto. Logo após atravessarem o Rio São Francisco, a expedição passou alguns dias na Fazenda Santa Fé de propriedade do capitão Amaro da Costa Guimarães, no atual município de Dolores do Indaiá-MG. Ali se encontraram com a comitiva de Isidoro de Amorim Pereira e seu filho (Bento) que iria guiar a expedição ao “novo descoberto de Isidoro” (VIEIRA-COUTO, 1842). Após vários meses de exploração no Sertão do Abaeté, o Intendente de Sabará declarou que “só se viu a pobreza de uns lugares tão públicos e sabidos que até já estavam vedados e guardados com quartéis e destacamentos de soldados” (AHU, 1801¹⁴). O intendente Beltrão acusou Isidoro de enganar o governador, pois não foi verificado nada do que prometeu, não chegando a salvar-se a despesa de toda a expedição com algumas poucas dezenas de pequenos diamantes recuperados dos rios Indaiá e Abaeté. Cumprindo ordens do governador Lorena, o Dr. José Vieira Couto foi

responsável pela elaboração de um mapa detalhado do imenso território de extração exclusiva da Coroa portuguesa que indicava as trilhas, potenciais riquezas minerais, acidentes geográficos e destacamentos militares na região que ele nomeou “Nova Lorena Diamantina” (VIEIRA-COUTO, 1842). Segundo a descrição do Dr. Vieira Couto, a nova área demarcada no Distrito Diamantino do Indaiá e Abaeté ocupava “um longo espaço entranhado nos chamados sertões” cujos limites eram ao oeste a capitania de Goiás (que incluía o atual Triângulo Mineiro), ao leste o Rio São Francisco, ao sul o Rio Bambuí e ao norte os rios Paracatu e Preto, afluentes do Rio São Francisco (VIEIRA-COUTO, 1842).

Prisão e morte de Isidoro

Após a constatação que o “novo descoberto” do Capitão Isidoro no Sertão do Abaeté era na realidade a região conhecida e explorada por algumas campanhas da Junta Diamantina, Isidoro retornou às suas atividades consideradas ilegais pela Coroa. Isidoro de Amorim Pereira foi finalmente preso em junho de 1809 pela Junta Diamantina e interrogado sob tortura durante vários dias pelo intendente Câmara, Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar, que esperava a delação de seus colaboradores de contrabando. A delação não ocorreu e Isidoro veio a falecer na prisão em Diamantina quando foi aclamado como inocente e herói pela sociedade tijuicana. (SANTOS, 1868). Atualmente, a cidade de Diamantina comemora o Dia do Garimpo em 24 de agosto, que tem Isidoro, o Mártir, como Patrono dos Garimpeiros (Lei 3857/2014, Prefeitura Municipal de Diamantina).

O destino dos diamantes de Nova Lorena Diamantina

Os diamantes do Abaeté e Isidoro encontrados no final do século XVIII foram depositados nos cofres da Corte portuguesa, sendo anexados à coleção da Reserva em Segredo, portanto se tornaram uma propriedade do Estado português durante o período colonial. Os dois diamantes foram mantidos em estado bruto na Reserva e registrados nos inventários reais dos bens da Coroa que foram feitos nos séculos XIX e XX. Toda a Reserva em Segredo veio com a Corte portuguesa para o Brasil em 1808, somente retornando a Lisboa com Dom João VI em 1821 (ROA, 1941¹⁵; SPIX, 2017, p.39).

¹⁵ Revista da Ordem dos Advogados. (Portugal) Ano 1, número 2º, 1941. p. 464

O inventário de Dom João VI (Torre do Tombo, 1826¹⁶) registra dois diamantes brasileiros: “hum grande diamante bruto que foi oferecido a sua majestade por Manoel da Encarnação que o tinha achado no Abayté, e peza 135 kilates” e “outro semelhante oferecido que pesa 35 kilates. Os dois diamantes não têm avaliação pela grandeza das pedras”. Os mesmos diamantes também continuaram listados nos inventários depois da Proclamação da República em Portugal. No inventário judicial republicano feito em 1910 constam os dois diamantes brutos, um com peso de 27,7 gramas (~138 ct) e outro de 7,1 gramas (~35,8 ct), quando foram transferidos para o Banco de Portugal em 07/04/1941 e, posteriormente, reincorporados ao acervo do Palácio Nacional da Ajuda (PNA¹⁷) com as indexações PNA IW 4875 CAT 80 (Inv. 4875) e PNA IW 4876 CAT 80 (Inv. 4876), respectivamente. (DGFP, 1910¹⁸)

Convertendo os pesos aferidos na época de seus descobrimentos (CARVALHO, 2021), vemos que o diamante de 1792 teria 27,648 gramas (sete oitavas e cinquenta e um grãos) e o de 1799 teria 7,172 g (duas oitavas), valores quase idênticos aos encontrados em 1910, mesmo considerando as limitações de precisão das balanças das diferentes épocas. O diamante maior possuía dimensões de 32 x 19 x 20 mm sinais de clivagem e uma cor acastanhada devido à presença de impurezas ferruginosas superficiais, além de evidências de dissolução na superfície (Tesouros Reais, 1991¹⁹). O diamante menor é descrito como proveniente de Minas Gerais, do fim do século XVIII com as dimensões de 25,1 × 13,9 × 11,4 mm; com 7,16 gramas (35,8 ct), em balanças modernas de alta precisão (CARVALHO, 2021). As demais características são muito parecidas àquelas do diamante maior, contendo impurezas ferruginosas na superfície e sinais de forte dissolução em um ambiente magmático, testemunhos de que partiram de um contexto geológico semelhante compartilhado pelos rios Borrachudo, Abaeté e Indaiá (BORGES et al. 2014). Ao analisar os dois diamantes em paralelo, uma das hipóteses levantadas pelos consultores do PNA

¹⁶ Torre do Tombo, Portugal. Autos de inventário e partilha do espólio e herança de D. João VI pt/tt/gav/16/3/74 cópia microfilmada, mf. 3518 pg 174 n^o 28 e 29. 1826

¹⁷ O Palácio Nacional da Ajuda (PNA) foi erguido em Lisboa por ordem do Marquês de Pombal após o devastador terremoto de 1755, para abrigar a Corte e o Tesouro Real. Recentemente foi restaurado e construído um anexo especial para preservar o acervo das riquezas históricas do estado português, o “Museu Tesouro Real”. O museu abriga um acervo de inestimável valor histórico e artístico, com destaque para a ourivesaria, a tapeçaria e o mobiliário, que testemunham a opulência e o poder da monarquia portuguesa. Entre as peças mais emblemáticas, destacam-se aquelas da coleção “Ouro e diamantes do Brasil”. <https://www.tesouroreal.pt>

¹⁸ Direção Geral da Fazenda Pública. Arrolamento dos Paços Reais. Inventário Judicial, v. 7, fl. 2519 verso m0321.tif, 1910.

¹⁹ Tesouros Reais [Secretaria de Estado da Cultura]. Palácio Nacional da Ajuda. Instituto Português do Patrimônio Cultural. Lisboa: Printer Portuguesa. 1991. 344 pp.

foi de que estas duas pedras poderiam ter sido parte de um mesmo diamante de maior tamanho, visto que diamantes com superfícies modificadas por dissolução são incomuns e ambos possuíam as mesmas características externas (SANTOS et al. 2023, p.35). No entanto, a hipótese de que ambos poderiam ser fragmentos de um único diamante muito maior não é sustentada se considerarmos tanto a geologia (BORGES et al. 2014), visto que ambos são oriundos da mesma região (rios Abaeté e Indaiá) quanto a história, cujo registro de dois diamantes brutos de características externas parecidas vindos da mesma região foram oferecidos à Coroa portuguesa por campanhas diferentes em 1792 e 1799. O Diamante do Abaeté que estava em posse do príncipe regente de Portugal (Dom João VI) é descrito por Mawe no início do século XIX como a maior pedra brasileira até então recuperada, tendo peso de 7/8 de uma “onça-troy” que equivaleria a aproximadamente 27,2 gramas e tendo sido encontrada no Rio Abaeté (MAWE, 1812).

Após minuciosa análise de documentos históricos e estudos gemológicos (SANTOS et al. 2023), conclui-se que o diamante de 7,1 gramas, atualmente exposto no Museu Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda, é, com alto grau de certeza, o mesmo diamante oferecido por Isidoro de Amorim Pereira às autoridades portuguesas em 1799. Essa averiguação preenche uma lacuna importante na história da mineração brasileira e contribui para a compreensão das práticas de exploração de diamantes no período colonial.

No entanto, o Diamante do Abaeté foi roubado em 2002 durante uma exibição no Museon, um museu de ciências em Haia na Holanda (PÚBLICO, 2019²⁰). O Diamante Isidoro (Figura 2) de 35,8 ct (7,2 g) é certamente o maior diamante bruto encontrado no século XVIII que se encontra atualmente em uma exibição destacada na coleção “Ouro e Diamantes do Brasil” do Museu Tesouro Real (PNA Inv. 4876), que é parte do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa, Portugal. (SANTOS et al. 2023).

²⁰ Público. Os ladrões demoraram 40 minutos a roubar as jóias da coroa portuguesa e não foram apanhados. Sônia Trigueirão, 2019. <https://www.publico.pt/2019/08/31/sociedade/noticia/quarenta-minutos-bastaram-roubar-joias-coroa-portuguesa-museu-haia-1884863>

Figura 2. O Diamante Isidoro de 35,8 quilates (PNA inv.4876) que está atualmente em exibição no Museu Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa, Portugal.



Fonte: foto de Manuel Silveira Ramos (1991) do acervo do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

Considerações finais

O ouro e os diamantes do Brasil colônia enriqueceram a nação portuguesa, mas também permitiram a construção de uma identidade própria na América do Sul para a nação que se tornou independente de Portugal em 1822. O próprio movimento da Inconfidência Mineira se forjou nas desigualdades entre colonizado e colonizador frente às altas taxas e recompensas insatisfatórias ao árduo trabalho na busca e exploração das riquezas minerais. Estes dois grandes diamantes achados “ilegalmente” foram oferecidos à Coroa portuguesa na expectativa das devidas recompensas que foram recebidas pelos descobridores do Diamante do Abaeté em 1792. No entanto, para o descobridor do Diamante Isidoro, a estratégia arquitetada em 1799 terminou tragicamente com sua execução em Diamantina no ano de 1809, quando passou a ser reconhecido como o Mártir Isidoro. Ironicamente, o Diamante do Abaeté foi roubado e, provavelmente, fragmentado e lapidado na Holanda em 2002, enquanto o Diamante Isidoro está atualmente exposto na coleção “Ouro e diamantes do Brasil” do Museu Tesouro Real em Lisboa.

Agradecimentos

Essa pesquisa é parte do IN2PAST.BR, o INCT sobre Patrimônio Cultural e Natural com verba do CNPq (APQ 406864/2022-5) e FAPEMIG (APQ 04006-24). Agradecemos ao Dr. José Alberto Ribeiro, diretor do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa (Portugal), pela disponibilidade, apoio e acesso ao acervo, fotos e dados históricos sobre os diamantes e ao Dr. Rui Galopim de Carvalho, que forneceu dados técnicos detalhados sobre o estudo gemológico da coleção do Museu Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda. Também somos muito gratos aos colegas do Instituto Diadorim pelo apoio e discussões prévias sobre história da região.

Contribuição de autoria

PHA e FRS contribuíram igualmente com a conceitualização, pesquisa e escrita da versão inicial e final do artigo.

Conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Referências bibliográficas

BALFOUR, I. **Famous Diamonds**. London: Antique Collectors' Club Ltd. 2008

BARBOSA, O. **Diamante no Brasil: histórico, ocorrência, prospecção e lavra**. Brasília: CPRM. 1991.

BORGES, L.A.D., CHAVES, M.L.S., KARFUNKEL, J. Diamonds from Borrachudo River, São Francisco Basin (Tiros, MG): Morphologic and Dissolution Aspects. *In Rev. Esc. Minas*, v. 67, n.2, p. 159-165. 2014

BOXER, C. **A Idade de Ouro do Brasil**. Tradução de Nair de Lacerda. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1969

CARVALHO, R.G. The Bragança “Diamond” Discovered? *In Gems & Gemology*, v. 42, n. 3, p. 132-133. 2006. <https://www.gia.edu/doc/FA06.pdf>

CARVALHO, R.G. Understanding gem-stone weights. *In Gamma*, v. 1, n. 4, p. 62-64. 2021

CORREA, C.C. **Serra da Saudade**. Belo Horizonte, 1948

ESCHWEGE, W.L. **Pluto Brasiliensis**. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Brasília: Senado Federal, 2011

FIÚZA, R. **O diamante do Abaeté & outros contos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1988

MANZO, A.D.M., HERRERÍA M.E.E., MANZANO R.L.M. Europa ante América: encuentros de varios mundos y nuevas civilizaciones. *In Revista Universidad y Sociedad* v. 13(S2), p. 8-16. 2021

MARTINS, M.L. Faiscadores e garimpeiros na ordem escravista: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais. *In Anais da IV Semana de História*, org. E. Chaves e C. P. Silva. Diamantina: UFVJM. 2018

MAWE, J. **Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country**. London: Longman, 1812

PINTO-CASQUILHO, J. Sobre o Enigma do Diamante Português. *In Diálogos*, v. 5, p. 215–247. 2020 - <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.5.57>

PINTO-CASQUILHO, J. Rastreado o Diamante Bragança: semiose veiculada por esplendor e sigilo. *In Diálogos*, v. 8, p. 206–248. 2023 - <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.8.139>

RODRIGUES, A. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *In Delta*, v. 9, n. 1, p. 83-103. 1993

SANTOS, J.C., RIBEIRO, J.A., MOREIRA, P. (orgs). **Museu Tesouro Real**. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2023, 348 pp.

SANTOS, J.F. **Memórias do districto diamantino da comarca do Serro Frio**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868

SOUZA, L.M. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004

SPIX, J.B. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)** Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer. vol. 2 Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017

SVISERO, D.P., SHIGLEY, J.E., WELDON, R. Brazilian Diamonds: A Historical and Recent Perspective. *In GEMS & GEMOLOGY*, v. 53, n. 1, p. 2–33. 2017 <http://dx.doi.org/10.5741/GEMS.53.1.2>

TEIXEIRA, J.J.R. A consolidação do monopólio dos diamantes como pilar da joalheria real portuguesa no período Mariano: 1730-1790. *In Revista de História*, n. 182, p. 1-25, 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2023.212365>.

VIERA-COUTO, J.V. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios, e domicílio próprio. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1842

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.